



# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS

|                              |  |
|------------------------------|--|
| <b>Processo TC</b>           | 4365/989/16                                |
| <b>Poder</b>                 | EXECUTIVO                                  |
| <b>Município</b>             | Paraguaçu Paulista                         |
| <b>Entidade</b>              | PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU PAULISTA |
| <b>Período</b>               | 12/2016                                    |
| <b>Relator</b>               | Dra. Cristiana de Castro Moraes            |
| <b>Unidade Fiscalizadora</b> | UR-04 UNIDADE REGIONAL DE MARÍLIA          |
| <b>Responsável</b>           | EDINEY TAVEIRA QUEIROZ                     |
| <b>Cargo</b>                 | PREFEITO                                   |
| <b>CPF</b>                   | 362.887.568-49                             |
| <b>Período de Gestão</b>     | 01/01/2016 a 31/12/2016                    |

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 2/08, vimos por meio deste **alertá-lo(a)** a respeito das seguintes situações:

### ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

## 1 - Assunto de Fiscalização: LRF

### 1.1 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias

Alerte-se que a receita previdenciária arrecadada acumulada ficou aquém da previsão orçamentária, demonstrando uma situação desfavorável, evidenciando eventuais falhas na estimativa de arrecadação ou nos repasses das contribuições

### 1.2 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Bimestre

Alerte-se que as baixas ocorreram aquém do parâmetro que indique a redução integral no exercício em exame, devendo o órgão adotar os ajustes necessários.

### 1.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Alerte-se que no encerramento do período ora analisado, verificou-se acréscimo em relação ao percentual da despesa com pessoal apurado em junho/, devendo o Poder em questão

observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.  
Alerte-se ainda que, em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de junho/.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

**Data da Geração:** 26/05/2017  
**Hora da Geração:** 09:08:17